

Congresso: começa a luta pelos recursos.

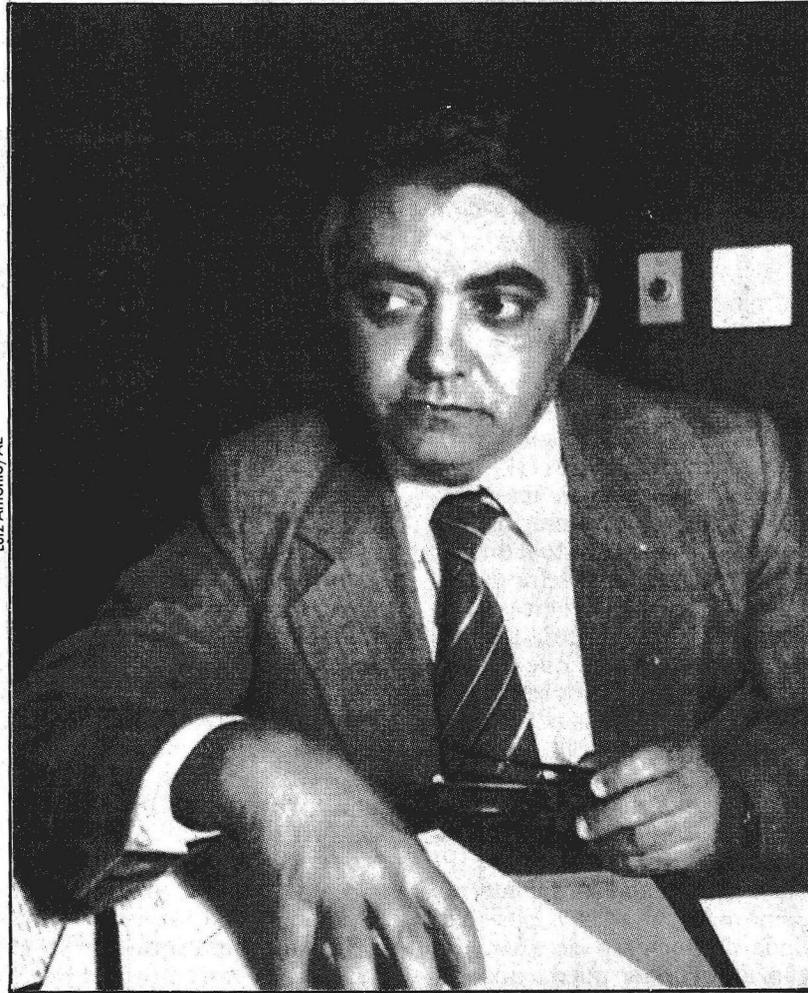
PAMELA NUNES/AE e
VICENTE DIANEZI

A nova Comissão do Congresso Nacional encarregada de apreciar o Orçamento da União, já começou a promover uma das disputas mais acirradas pela partilha dos recursos públicos federais. Com os olhos postos nas eleições municipais de 1992, os parlamentares deverão reformular até o final deste mês o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — o conjunto de regras que estabelecerá os limites de aplicações do Orçamento para o próximo ano. Neste primeiro momento alto anual da Comissão — o segundo é no final do ano com a definição das despesas — quase 1.100 alterações já foram propostas e a norma, mais uma vez, é cada parlamentar conseguir definir para a sua região as prioridades dos investimentos.

O poder Norte/Nordeste

O lobby Norte/Nordeste entrou em ação e conseguiu dois triunfos: o primeiro, com o apoio do PMDB, PRN e PFL, elevou de 84 para 120 o número de membros da Comissão. O segundo, que está ligado a esse, o lobby obteve a maioria dos membros ou 56% dos votos de deputados e senadores. O Norte/Nordeste contribuem com 18% do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) e 8% do bolo de recursos federais que agora tem poder para dividir. Em contrapartida, a região Sudeste, que conta apenas com 31% dos votos da Comissão, manda para Brasília 72,7% da arrecadação tributária nacional e participa com 58,2% na formação da renda nacional. Além disso, no Norte/Nordeste estão 35% da população brasileira contra 43% na região Sudeste (veja quadro ao lado).

“São mínimas as chances dos parlamentares mexerem no orçamento”, afirma o economista e de-

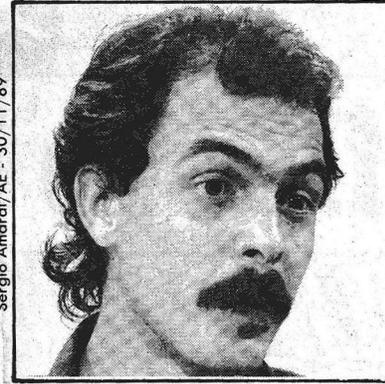


Luiz Antônio/AE

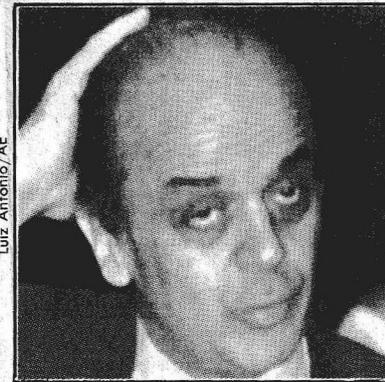
putado José Serra (SP) líder da bancada dos tucanos na Câmara. Pelo seu raciocínio, o setor público está falido, sem condições de realizar as despesas propostas pelos parlamentares. No final do ano passado, por exemplo, a Comissão propôs 7.796 alterações no Orçamento Geral da União que está sendo aplicado neste ano — mas o presidente da República “congelou” 95% das despesas aprovadas e que estão sendo liberadas agora aos pingos. Os tucanos também chegaram a propor a limitação do número de emendas para 30 por parlamentar mas a maioria não aceitou. Além disso, para Serra, seria utópico procurar elevar a receita tributária com aumento de impostos.

Mesmo sabendo que as despesas não serão realizadas, os parlamentares lutam pela aprovação de verbas para uma estrada ou um posto de saúde, debitando o corte, junto ao seu eleitorado, ao governo federal. O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), por exemplo, está propondo uma alteração uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias que permite a aprovação de aplicações em programas e projetos previstos no Orçamento da União até 30 de abril de 1992 — quando a regra tem limitado as emendas até a aprovação do orçamento na sessão legislativa, isto é, o dia 15 de dezembro. Segundo o deputado, a ampliação do prazo permitirá tanto ao Exe-

Sergio Amaral/AE - 30/11/89



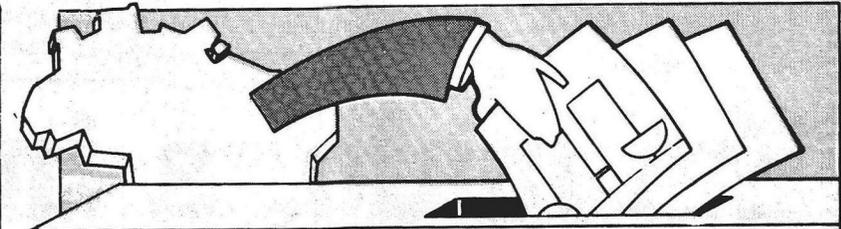
Luiz Antônio/AE



O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (à esq) propõe mais prazo para mudar o orçamento, sob as críticas de Aloísio Mercadante (PT) e de José Serra (acima).

cutivo como ao Legislativo “uma cooperação igual na elaboração do orçamento”.

“Os Estados que mais arrecadam não têm seus recursos de volta”, critica o deputado Beto Mansur (PDT-SP), apontando o problema do desequilíbrio da representação na Comissão Mista de Orçamento. “A história vai se repetir”, teme o deputado e economista Aloísio Mercadante (PT-SP), prevendo que a enxurrada de emendas impraticáveis acabará contribuindo para a desmoralização ainda maior da classe política. “Justamente neste momento em que o Congresso procura se reformular e adquirir credibilidade perdida em ações fisiológicas”, ele lamenta.



Interesses regionais prevalecem nas decisões (em %)

A Comissão de Orçamento tem 120 membros, que podem apresentar emendas sem limite. As bancadas das regiões Norte-Nordeste/Centro-Oeste, maioria no Congresso, dominam também a Comissão. O quadro abaixo mostra nítida desproporção entre a representação político-parlamentar e a participação regional na atividade econômica do País.

Regiões	População	Deputados...		Participação...	
		na Câmara	na Comissão	no PIB	em tributos
Norte	6,5	12,9	15,8	4,3	1,5
Nordeste	28,5	30,0	40,3	13,5	6,7
Centro-Oeste	6,2	8,1	7,9	6,2	7,1
Sudeste	43,6	33,5	31,0	58,2	72,7
Sul	15,2	15,5	8,8	17,8	12,0

REGIÕES

Norte — Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins;

Nordeste — Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe;

Centro-Oeste — Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal;

Sudeste — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo;

Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

População: A população estimada pelo IBGE é de 153,7 milhões de habitantes.

Representação: O número de deputados por Estado é proporcional a sua população respeitando o mínimo de oito e o máximo de 70. São

Paulo, que tem direito ao máximo, conta hoje com 60 representantes na Câmara dos Deputados.

Comissão Mista de Orçamento: Formada por 120 deputados e senadores, ela examina os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Orçamento Plurianual e Orçamento Geral da União (OGU) — que compreende os investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.

Produto Interno Bruto: O PIB estimado é de US\$ 350 bilhões.

Receita tributária: A arrecadação da União em 1990 foi de US\$ 31,4 bilhões referentes ao Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural e Imposto de Exportação.